



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## LIDERANÇAS - 2015

<b>BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)</b>	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Celinho do Sinttrocel Deputada Rosângela Reis

<b>BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)</b>	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

<b>BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)</b>	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

<b>LIDERANÇA DA MAIORIA</b>	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

<b>LIDERANÇA DA MINORIA</b>	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputado Isauo Calais	PMN - BCMG
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Fabiano Tolentino	PV - BCMG
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM

**COMISSÃO DE CULTURA**

Reuniões Ordinárias: quarta-feiras - 16 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM
Deputado Elismar Prado	PT - BMM
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Elismar Prado	PT - BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**



Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB- BMM	

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ricardo Faria	PCdoB- BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PT doB- BMM	
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB- BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT- BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT - BMM	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	

**COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	



Deputado Fábio Avelar Oliveira PTdoB - BMM  
Deputado João Vitor Xavier PSDB - BVC

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo PSC - BCMG  
Deputada Geisa Teixeira PT - BMM  
Deputado Wander Borges PSB - BCMG  
Deputado Gilberto Abramo PRB - BMM  
Deputado Gustavo Valadares PSDB - BVC

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputada Marília Campos	PT - BMM
Deputado Gil Pereira	PP - BVC
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG
Deputado Fábio Chereim	PSD - BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Bosco	PTdoB - BMM

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC

**COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG

**COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	
Deputado Nozinho	PDT - BVC	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia	PT - BMM
Deputado João Alberto	PMDB - BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
-------------------------	-----------



Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado	PCdoB - BMM

### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	PSDB - BVC	

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM
Deputado Bosco	PTdoB - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC

### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Léo Portela	PR - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC

### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG



Deputado Professor Neivaldo

PT - BMM

**COMISSÃO DE ÉTICA****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Luiz Humberto Carneiro  
Deputado Gilberto Abramo  
Deputado Gustavo Corrêa  
Deputado Agostinho Patrus Filho  
Deputado Tiago Ulisses  
Deputado Rogério Correia  
Deputado Durval Ângelo

PSDB - BVC  
PRB - BMM  
DEM - BVC  
PV - BCMG  
PV - BCMG  
PT - BMM  
PT - BMM

Presidente  
Vice-Presidente

**MEMBROS SUPLENTES:**

Deputado Carlos Pimenta  
Deputado Cristiano Silveira  
Deputado Dilzon Melo  
Deputado Thiago Cota  
Deputado Glaycon Franco  
Deputado Ivair Nogueira  
Deputado Leonídio Bouças

PDT - BVC  
PT - BMM  
PTB - BVC  
PPS - BCMG  
PTN - BCMG  
PMDB - BMM  
PMDB.-.BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

**SUMÁRIO****1 - ATAS**

1.1 - Reuniões de Comissões

**2 - ORDENS DO DIA**

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

**3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

3.1 - Comissões

**4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATAS****ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES, EM 9/4/2015**

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis, Geisa Teixeira e Ione Pinheiro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Geisa Teixeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.008/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta da Comissão Extraordinária das Mulheres com a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para debater, por recomendação do Ministério Público, a adoção de filhos de mulheres usuárias de *crack* e outras drogas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

Rosângela Reis, presidente - Geisa Teixeira - Ione Pinheiro.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/4/2015**

Às 9h15min, comparecem na Câmara Municipal de Pouso Alegre os deputados Arlen Santiago, Ricardo Faria e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Ulysses Gomes e Antônio Jorge. Havendo número



regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as dificuldades e demandas dos hospitais do interior, em especial do Hospital das Clínicas Samuel Libânio, e o impacto da judicialização da saúde nos municípios. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Jusselma de Paiva Reis, diretora administrativa do Hospital das Clínicas Samuel Libânio; Giselly Gianini Pelegrini, secretária municipal de Saúde de Pouso Alegre; Silvia Regina Pereira da Silva, diretora executiva da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí; e os Srs. José Carlos de Oliveira, secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí; Ricardo Zambrana, vice-presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais Regional Pouso Alegre; José Augusto de Andrade, representante do Conselho Municipal de Saúde de Pouso Alegre; Danilo Amâncio Costa, prefeito municipal de Bueno Brandão e presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Sapucaí; Ricardo Henrique Sobreiro, prefeito municipal de Congonhal; Rafael de Camargo Huhn, presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Rafael Tadeu Simões, presidente do Hospital das Clínicas Samuel Libânio; Carlos Augusto Tenório Dionísio, prefeito municipal de Cachoeira de Minas; João Mauro Bernardo, prefeito municipal de Brazópolis; Rodrigo Aparecido, prefeito municipal de Andradas; Luís Augusto de Faria Cardoso, superintendente Regional de Saúde de Pouso Alegre; Leandro Roberto de Paula Reis, procurador-geral do Município de Pouso Alegre; Mário Benedito Costa Magalhães, delegado regional do Conselho Regional de Medicina; Paulo Valdir Ferreira, presidente da Associação Médica de Pouso Alegre, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.174/2015, dos deputados Ricardo Faria, Ulysses Gomes, Arlen Santiago, Antônio Jorge e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater as experiências exitosas dos consórcios intermunicipais de saúde, bem como a legislação a eles aplicável;

nº 1.180/2015, dos deputados Ricardo Faria, Ulysses Gomes, Arlen Santiago e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para realizar estudos sobre a viabilidade de habilitação do pronto-atendimento no Hospital das Clínicas Samuel Libânio, em Pouso Alegre, como porte III para que possam ser garantidos recursos de custeio para o atendimento de urgência e emergência na ordem de R\$500.000,00.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Ricardo Faria - Antônio Jorge.

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015**

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: em 16/4/2015, ofício do Sr. Carlos Augusto Tenório Dionísio, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - Cisamesp -, em que solicita apoio para o consórcio e o título de utilidade pública com vistas à redução de impostos; e ofício do Sr. Bilac Pinto, deputado federal, agradecendo o convite desta comissão para a audiência pública em Pouso Alegre e informando da impossibilidade de comparecimento em virtude da agenda semanal da Câmara dos Deputados. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 27/2015, no 1º turno (deputado Arlen Santiago), Projeto de Lei nº 31/2015, no 1º turno (deputado Ricardo Faria), Projetos de Lei nºs 476 e 519/2015, ambos em turno único (deputado Glaycon Franco), e Projeto de Lei nº 551/2015, no 1º turno (deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 377/2015, com a Emenda nº 1, do deputado Carlos Pimenta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.136/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja revogado o Decreto nº 46.649, de 2014, e seja editado novo decreto concedendo autonomia administrativa ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg;

nº 1.138/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o atendimento ortopédico pelo Sistema Único de Saúde no Estado;

nº 1.139/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater o projeto de lei que tem por objetivo instituir o Dia de Conscientização da Cardiopatia Congênita no Estado;

nº 1.140/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada visita técnica ao Hospital Alberto Cavalcanti, em Belo Horizonte, para verificar as condições de infraestrutura e equipamentos necessários à manutenção dos atendimentos;



nº 1.141/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater o projeto de lei que tem por objetivo instituir no Estado a política de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer bucal;

nº 1.142/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas a garantir a participação de representante de nível central daquela pasta nas audiências públicas desta comissão que serão realizadas nos municípios do interior do Estado ao longo do ano de 2015, sem prejuízo da participação dos gerentes regionais de Saúde, além de representantes do Conselho Estadual de Saúde e do Ipsemg;

nº 1.143/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada visita ao SaúdeLog, operador logístico contratado para armazenamento e distribuição de medicamentos e outros itens adquiridos pela Secretaria de Saúde, com o objetivo de verificar os medicamentos estocados, sua quantidade, a data de entrada no local e os prazos para dispensação;

nº 1.174/2015, dos deputados Ricardo Faria, Ulysses Gomes, Arlen Santiago, Antônio Jorge e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater as experiências exitosas dos consórcios intermunicipais de saúde, bem como a legislação a eles aplicável;

nº 1.226/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Sind-Saúde-MG e ao Sindpúblicos-MG pedido de providências com vistas a garantir a participação de representantes nas audiências públicas da Comissão de Saúde que serão realizadas nos municípios do interior do Estado ao longo do ano de 2015;

nº 1.231/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Saúde correspondência do Cisamesp recebida durante reunião em Pouso Alegre.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.202/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para averiguar a possibilidade de inserção do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapias Ocupacionais da 4ª Região no Conselho Estadual de Saúde, alterando o Decreto nº 45.559, de 3 de março de 2011, que dispõe sobre a organização e as atribuições do Conselho Estadual de Saúde e dá outras providências;

nº 1.203/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para encaminhamento de representante em todas as audiências públicas desta comissão quando o referido ministério for convidado;

nº 1.204/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada visita ao Sr. Ademar Chioro, ministro da Saúde, para debater temas afetos à saúde pública no Estado;

nº 1.209/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública para debater demandas da saúde pública que afetam os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, convidando o presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel -, o secretário de Estado de Saúde, além de prefeitos e procuradores jurídicos dos municípios associados à Granbel;

nº 1.216/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que a Dra. Patrícia Chueiri possa comparecer à audiência pública que debaterá a cancerologia no Estado e a aplicação da Lei nº 12.732, de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de pacientes com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, previsto para o dia 22/5/2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Ricardo Faria - Doutor Jean Freire.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015**

Às 9h15min, comparecem na Câmara Municipal de Curvelo, os deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Ricardo Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as demandas e dificuldades dos pequenos hospitais do interior do Estado, localizados na região Central, e o impacto da judicialização da saúde nos municípios. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Rejane Valgas de Oliveira Galvão, secretária municipal de Saúde de Curvelo, representando o Sr. Maurílio Soares Guimarães, prefeito desse município; e a Irmã Terezinha Madureira Gonçalves, diretora do Hospital Imaculada Conceição; e os Srs. Duarte Severino Gomes, presidente da Câmara Municipal de Curvelo; Erildo do Espírito Santo Gomes, prefeito municipal de Itamarandiba; Rubens Silvério da Silva, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Curvelo; e Anderson Matias da Cruz, diretor administrativo do Hospital Santo Antônio, de Curvelo, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.272/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para incluir o Hospital Geraldo Ferreira Gandra, do Município de Itamarandiba, no Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais;



nº 1.273/2015, dos deputados Arlen Santiago e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para habilitar o serviço de pronto-atendimento do Hospital Imaculada Conceição nesse ministério, viabilizando recursos financeiros de custeio para a manutenção do serviço;

nº 1.274/2015, dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que seja feito o credenciamento do serviço de oncologia do Hospital do Câncer anexo ao Hospital Imaculada Conceição nessa secretaria, a fim de garantir recursos financeiros para seu custeio;

nº 1.275/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a construção de um centro de zoonoses e uma central do Serviço de Atendimento Médico de Urgência no Município de Curvelo, garantindo-se recursos financeiros para a manutenção desses serviços;

nº 1.276/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que o órgão possa intermediar junto ao Ministério da Saúde o credenciamento do Hospital Santo Antônio, em Curvelo, como unidade cardiovascular de alta complexidade;

nº 1.292/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para concluir os pagamentos dos convênios firmados com os Municípios de Curvelo (em especial os convênios nºs 2.381/2013, para hemodiálise no Hospital Santo Antônio, e 1.048/2014, para compra de acelerador linear para complementar o serviço de oncologia em Inimutaba), Itamarandiba, Diamantina, Pompéu, Três Marias, Senador Modestino, Morro do Garça, Santo Hipólito, Corinto, Gouveia, Unai, Virgem da Lapa, Capelinha, Buenópolis, Rio Vermelho, Presidente Juscelino, Paracatu, Inimutaba, Monjolos e Berilo que tiveram parcelas pagas em 2014 e que possuem restos a pagar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Carlos Pimenta - Ricardo Faria - Doutor Jean Freire.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015**

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Cristina Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o andamento das obras e a previsão para a conclusão do Complexo Cidade das Águas, com a instalação dos laboratórios de alta complexidade e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do deputado Dalmo Ribeiro Silva, membro dessa comissão, em que comunica que esteve ausente da visita agendada para o dia 16 haja vista que esse deputado estava participando de audiência pública da Comissão de Saúde no Município de Pouso Alegre, e do Sr. Felipe Estabile Moraes, membro da comissão organizadora da VII Conferência Municipal de Educação, em que solicita sejam indicados três representantes da Assembleia Legislativa para participarem como delegados nessa conferência promovida pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofício da Sra. Mariah Brochado, secretária de Estado de Casa Civil adjunta (9/4/2015); despacho da presidência desta Casa que, “nos termos do inciso IV do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber o requerimento nº 815/2015 dessa comissão” (16/4/2015) e ofício do deputado Rogério Correia, líder do Bloco Minas Melhor, em que comunica a indicação do deputado Professor Neivaldo para compor, como membro efetivo, esta comissão (17/4/2015).

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Miguel Corrêa Júnior, secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais e presidente da Cidade das Águas Unesco-Hidroex, que é convidado a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra à deputada e aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.250/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja realizada visita desta comissão às instalações e aos laboratórios recém-criados na Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade de Passos, destinados a receber o curso de medicina, com a finalidade de conhecer e prestar apoio àquela nova escola de medicina do Estado;

nº 1.251/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão, conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater, em audiência pública no Município de Uberlândia, os desdobramentos da Lei Complementar nº 100, de 2007, com ênfase no Instituto de Previdência dos servidores da educação;

nº 1.252/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública no Município de Uberlândia, a reforma da grade curricular do ensino médio no Estado;

nº 1.255/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, as consequências da implementação da Cidade das Águas no Município de Frutal, com a presença do ex-secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Luiz Antônio Rodrigues Elias e do ex-secretário de Estado de Obras Públicas;

nº 1.257/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia pedido de providências para que envie à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa as cópias das atas das reuniões desse órgão



nas quais foram debatidas, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais e a Universidade do Estado de Minas Gerais, a criação e a implantação do projeto Cidade das Águas no Município de Frutal;

nº 1.258/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada visita desta comissão à Cidade das Águas, localizada no Município de Frutal, com a finalidade de verificar sua estrutura e averiguar se os recursos disponibilizados foram condizentes com a necessidade do incremento científico e tecnológico do Estado;

nº 1.259/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita sejam encaminhadas ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária desta comissão acompanhadas de pedido de providências para que, no exercício de suas competências, possam averiguar se os recursos financeiros disponibilizados e utilizados na implantação da Cidade das Águas, localizada no Município de Frutal, foram aplicados de forma regular e adequada às reais necessidades do projeto e se esses recursos geraram efetivo progresso à ciência e tecnologia do Estado, notadamente na região do Triângulo Mineiro e do município em que o projeto se encontra instalado.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.261/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, aspectos do desenvolvimento do programa Escola Integrada, em Belo Horizonte, em atendimento à correspondência enviada a esta comissão pelo Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte na qual se informa que não estão sendo realizados os repasses de recursos daquele programa para as entidades cadastradas, conforme convênio estabelecido na Resolução nº 3, de 2010, conjunta da Secretaria de Estado e Secretaria Municipal de Educação;

nº 1.262/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a falta de repasses de recursos para o funcionamento da Escola de Tempo Integral do Município de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2015.

Paulo Lamac, presidente - Douglas Melo - Carlos Pimenta - Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2015**

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e o deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Rosângela Reis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício das deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e do deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a inclusão de representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais e da Agência Nacional de Telecomunicações na lista de convidados da audiência pública aprovada por esta comissão no Requerimento nº 1.302/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É convertido em diligência à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte o Projeto de Lei Complementar nº 1/2015 (relator: Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 426, 455 e 506/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.208/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita sejam realizadas visitas desta comissão aos Viadutos Guararapes, Gil Nogueira, Montese, Monte Castelo, Oscar Niemeyer e ao Elevado da Avenida João Samaha, em Belo Horizonte;

nº 1.211/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, as irregularidades no processo de construção dos Viadutos Guararapes, Gil Nogueira, Montese, Monte Castelo, Oscar Niemeyer e do Elevado da Avenida João Samaha, em Belo Horizonte;

nº 1.214/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a utilização do antigo prédio do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, localizado na Avenida Prudente de Moraes, Região Centro-Sul de Belo Horizonte;

nº 1.217/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita sejam encaminhadas à Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo – PJHU – do Ministério Público de Minas Gerais as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, que debateu a concessão de licença para a construção de condomínio na mata do Bairro Planalto, no Município de Belo Horizonte;

nº 1.220/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita sejam encaminhadas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, que debateu a concessão de licença para a construção de condomínio na mata do Bairro Planalto, no Município de Belo Horizonte;

nº 1.221/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita sejam encaminhadas à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, que debateu a concessão de licença para a construção de condomínio na mata do Bairro Planalto, no Município de Belo Horizonte;

nº 1.512/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o encerramento das atividades do Balett Jovem e o funcionamento do Centro de Formação Artística - Cefar - da Fundação Clóvis Salgado;



nº 1.513/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, no Município de Juiz de Fora, as consequências, impactos sobre a população e soluções para o transporte de cargas sobre trilhos que passam pelo perímetro urbano;

nº 1.514/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada visita ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, para conhecer a posição do governo sobre as obras emergenciais da Rodovia MG 290, que liga Pouso Alegre à Jacutinga, na divisa de São Paulo;

nº 1.515/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, o aumento dos furtos e roubos de bicicletas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.516/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a implantação da bilhetagem eletrônica nos táxi-lotação, em Belo Horizonte, uma vez que seus usuários são os mesmos que utilizam ônibus;

nº 1.517/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Município de Santo Antônio do Gramma, pelas obras realizadas a partir de 2013. Requer ainda seja dada ciência à Sra. Alcione Ferreira de Albuquerque Lima, prefeita municipal;

nº 1.518/2015, dos deputados Antônio Jorge, Isauro Calais, Lafayette de Andrada, Wander Borges, Noraldino Júnior e Missionário Marcio Santiago, em que solicitam seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, no Município de Juiz de Fora, a implantação da Região Metropolitana de Juiz de Fora;

nº 1.519/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita desta comissão ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para tratar do aumento da alíquota do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - no Município de Belo Horizonte e sobre o aumento da base de cálculo deste imposto, tendo em vista as recentes avaliações dos imóveis feitas pelo município;

nº 1.520/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado ao titular da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - Sudecap - pedido de informações sobre o cronograma de realização de obras no Centro de Referência da Pessoa Idosa;

nº 1.521/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita desta comissão ao Centro de Referência da Pessoa Idosa, localizado em Belo Horizonte, para acompanhar as obras de melhoramento do local;

nº 1.522/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião desta comissão no segundo semestre do corrente ano, para debater, em audiência pública, as obras do Centro de Referência da Pessoa Idosa, localizado no Município de Belo Horizonte, visando o acompanhamento destas;

nº 1.523/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a doação do imóvel para a Creche Vó Angelina, localizada no Bairro Grajaú, em Belo Horizonte.

Logo após, é aprovado o relatório da visita realizada ao Centro de Referência da Pessoa Idosa Vereador Sérgio Ferrara, conhecido como “Tancredão”, em Belo Horizonte, no dia 23/4/2015, às 10 horas, que segue publicado após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2015.

Geisa Teixeira, presidente.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Local visitado: Centro de Referência da Pessoa Idosa Vereador Sérgio Ferrara, conhecido como “Tancredão”, em Belo Horizonte

#### Apresentação

A requerimento do deputado Fred Costa, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização visitou, no dia 23/4/2015, às 10h, o Centro de Referência da Pessoa Idosa Vereador Sérgio Ferrara, conhecido como “Tancredão”, em Belo Horizonte. O objetivo da visita foi apurar os motivos pelos quais a reforma e expansão do centro se encontram atualmente paralisadas.

Participaram da visita a deputada Geisa Teixeira; Maria Fontana Cardoso Maia, coordenadora de Direitos da Pessoa Idosa de Belo Horizonte; Márcia Marília Figueiredo, coordenadora do Centro de Referência da Pessoa Idosa de Belo Horizonte; Carlos Alberto dos Passos, presidente do Movimento de Luta Pró-Idoso de Minas Gerais; o Maj. Dênio Sebastião Marino de Carvalho, chefe da Seção de Direitos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral; e diversos representantes da ONG Luz e Sabedoria, que reúne pessoas idosas.

#### Relato

A visita ao Centro de Referência da Pessoa Idosa Vereador Sérgio Ferrara, conhecido como “Tancredão”, equipamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, foi conduzida pelas servidoras municipais Maria Fontana e Márcia Figueiredo. Inicialmente foram apresentadas as instalações de atendimento do centro, constituídas por duas salas multiuso, uma quadra coberta e uma quadra descoberta. As servidoras descreveram as atividades ali desenvolvidas, que incluem aulas de dança, violão, ginástica, informática e educação de jovens e adultos, entre outras. Esclareceram também que, embora o centro tenha foco no atendimento aos idosos, ele é aberto ao público de todas as idades, recebendo cerca de mil pessoas diariamente.

Com relação à infraestrutura física, as servidoras relataram que é atualmente um limitador para as atividades do centro, sendo necessário seu aperfeiçoamento e expansão, e prestaram as seguintes informações sobre as obras de melhoria. Já foi elaborado um plano de construção e reformas do local, a ser executado em etapas sucessivas. A primeira etapa, já realizada, contemplou a cobertura da primeira quadra do centro. As próximas intervenções incluem a construção de novas salas multiuso, cozinha e refeitório, além da



pavimentação da pista de caminhada. A segunda etapa, entretanto, que contempla a cobertura da segunda quadra e a construção de duas salas de aula, encontra-se paralisada há cerca de dois anos devido a problemas com a construtora contratada para realizar a obra. Devido ao descumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa, a Prefeitura de Belo Horizonte realizou o distrato, o que, combinado com questionamentos por parte da contratada, impediu o avanço das obras.

Conforme explicaram as servidoras municipais, no final de 2014 os problemas administrativos referentes àquele contrato haviam sido solucionados, tendo sido garantidos ainda recursos financeiros do município e do governo federal. Dessa forma, e tendo sido obtida aprovação do projeto da segunda fase de reforma do centro por parte da Caixa Econômica Federal, está sendo preparada nova licitação para a realização da segunda fase das obras. Segundo Maria Fontana, caso não haja problemas referentes à licitação, as obras devem se iniciar no segundo semestre deste ano.

#### Conclusão

Tendo sido solucionados os problemas que culminaram na paralisação das obras de reforma e expansão do centro de referência, a retomada das obras deve ocorrer em breve. Cabe a esta comissão continuar acompanhando o tema, de forma a apoiar a melhoria do atendimento prestado pelo centro de referência, que, conforme pôde ser verificado na visita, cumpre papel importante na promoção da saúde e integração social da população idosa de Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Dalmo Ribeiro Silva - Rosângela Reis - Geisa Teixeira.

### ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2015

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Alberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Fábio Cherem, requerendo juntada de atestado da presidente da Câmara Municipal de Perdões, necessário à tramitação do Projeto de Lei nº 742/2015, e *e-mail* da Sra. Maria de Lurdes Alves Wenceslau, cidadã, solicitando a aprovação dos Projetos de Lei nºs 380 e 691/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei Complementar nºs 15 e 19/2015 e Projetos de Lei nºs 783, 891, 963, 971, 997, 1.067, 1.119, 1.122, 1.133, 1.152, 1.156, 1.163, 1.166, 1.175, 1.186 e 1.190/2015 (Antônio Jorge); Projeto de Resolução nº 10/2015, Projetos de Lei Complementar nºs 20 e 25/2015 e Projetos de Lei nºs 878, 999, 1.051, 1.060, 1.073, 1.076, 1.078, 1.127, 1.135, 1.141, 1.153, 1.160, 1.169, 1.170, 1.179 e 1.187/2015 (Bonifácio Mourão); Projeto de Resolução nº 8/2015, Projetos de Lei Complementar nºs 23, 27 e 29/2015 e Projetos de Lei nºs 934, 1.002, 1.061, 1.077, 1.098, 1.099, 1.106, 1.121, 1.131, 1.148, 1.159, 1.165, 1.167, 1.181, 1.189 e 1.192/2015 (Cristiano Silveira); Projetos de Lei Complementar nºs 14, 17 e 18/2015 e Projetos de Lei nºs 840, 880, 956, 994, 1.064, 1.068, 1.088, 1.096, 1.132, 1.136, 1.143, 1.151, 1.173, 1.174, 1.182 e 1.183/2015 (Isauro Calais); Projetos de Resolução nºs 7 e 9/2015, Projetos de Lei Complementar nºs 11, 22 e 24/2015 e Projetos de Lei nºs 780, 909, 929, 1.001, 1.063, 1.116, 1.117, 1.134, 1.144, 1.145, 1.154, 1.158, 1.162, 1.171, 1.177 e 1.185/2015 (João Alberto); Projetos de Lei Complementar nºs 21, 30 e 31/2015 e Projetos de Lei nºs 765, em virtude de redistribuição, 789, 920, 943, 1.041, 1.065, 1.123, 1.128, 1.129, 1.130, 1.137, 1.155, 1.157, 1.184, 1.188, 1.191 e 1.248/2015 (Leonídio Bouças); Projeto de Lei Complementar nº 16/2015 e Projetos de Lei nºs 785, 874, 876, 877, 969, 1.010, 1.058, 1.066, 1.083, 1.090, 1.120, 1.126, 1.140, 1.161, 1.164, 1.178, 1.180, 1.193 e 1.194/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 221, 231, 330, 478, 487, 758 e 1.016/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimentos dos deputados: Cristiano Silveira nos três primeiros e no penúltimo; Antônio Jorge no quarto e quinto; e Bonifácio Mourão no último projeto. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 797/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 39/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição); 49, 86, 93, 99, 133 e 217/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira); 130/2015 (relator: deputado João Alberto); 131, 193 e 210/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 233/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 143/2015 na forma do Substitutivo nº1 (relator: deputado Cristiano Silveira); 212/2015 (relator: deputado João Alberto) e 341/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Na fase de discussão dos pareceres dos relatores, deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 202/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, e do relator deputado Cristiano Silveira, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 319/2015, no 1º turno, o presidente defere os pedidos de vista do deputado Antônio Jorge. O Parecer sobre o Projeto de Lei nº 322/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Registra-se a saída do deputado Bonifácio Mourão. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 344/2015, o presidente defere o pedido de vista do deputado Antônio Jorge. O Parecer sobre o Projeto de Lei nº 368/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 375 (relator:

deputado João Alberto) e 443/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 447 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais), 768 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 1.248/2015 com a Emenda nº1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 461 e 493/2015 (relator: deputado João Alberto); 576 e 644/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 585/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). São convertidos em diligência: à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 618 e 974/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira); à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao prefeito municipal de Inhapim o Projeto de Lei nº 619/2015 (relator: deputado Isauro Calais); à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 663 e 664/2015 (relator: deputado Antônio Jorge); à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 671/2015; ao autor, ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 829/2015; ao autor, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao prefeito municipal de Carmésia o Projeto de Lei nº 886/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); ao autor, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao prefeito municipal de Dionísio o Projeto de Lei nº 699/2015; à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao autor o Projeto de Lei nº 756/2015; ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas e ao prefeito municipal de Carmópolis de Minas o Projeto de Lei nº 852/2015 (relator: deputado João Alberto). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 764/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 738 a 743, 759 a 761, 763, 811, 828, 844 a 847/2015 e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente aos Projetos de Lei nºs 632 e 737/2015, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária a sua tramitação. Submetido a votação é aprovado o requerimento nº 1.524/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que envie a esta Casa projeto de lei que conceda ao servidor público estadual o direito a folga remunerada para fins de exames oncológicos preventivos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Alberto, presidente - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro - Cristiano Silveira - Gilberto Abramo.

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2015**

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Celinho do Sinttrocel, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG), Bonifácio Mourão (substituindo o deputado Neilando Pimenta, por indicação da liderança do BVC) e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Rosângela Reis e os deputados Antônio Carlos Arantes, Ivair Nogueira e Isauro Calais. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o plano de desenvolvimento do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, na Pampulha, os novos voos nacionais que passaram a operar no terminal, a transferência dos voos regionais para o Aeroporto Internacional Presidente Tancredo Neves, em Confins, e a prestação dos serviços aéreos pela Azul Linhas Aéreas. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. George Alex Lima, chefe da assessoria parlamentar da Agência Nacional de Aviação Civil, informando a impossibilidade de comparecimento do diretor-presidente a esta reunião, bem como a indicação de representante, em virtude de outros compromissos agendados para esta data. Comunica, ainda, o recebimento de ofício do Sr. Carlos Evandro da Fonseca, superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado, publicado no *Diário do Legislativo* em 1º/5/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 513/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.533/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento pedido de providências para inserção no Programa de Concessões de Infraestrutura do Governo Federal a duplicação da BR-135, desde o entroncamento da BR-040 até o Município de Montes Claros, e a duplicação da BR-251, no trecho compreendido entre Montes Claros e a BR-116;

nº 1.534/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para realização da operação tapa buraco e recapeamento da MG-401, no trecho asfaltado que liga os Municípios de Jaíba e Matias Cardoso, até a barragem do Rio São Francisco;

nº 1.535/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Comunicação Social pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade, inaugurado em 2014 e que fornece informações sobre os investimentos publicitários, parou de ser atualizado; a adoção ou não do critério de pregão eletrônico para contratação de serviços gráficos pela Subsecretaria de Comunicação Social e, em caso negativo, sobre o motivo da não adoção; os fornecedores de serviços



contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e serviços prestados a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade realizados a partir de 1º/1/2015, especificando-se os critérios utilizados para a sua definição, assim como a relação dos valores, dos objetos e dos veículos, incluindo-se patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Altamir de Araújo Rôso Filho, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Rafael Oliveira, diretor de Pesquisa, Informação e Estatística, representando o secretário de Estado de Turismo, Mário Jorge Fernandes de Oliveira, superintendente do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, Eduardo Bernis, secretário municipal de Desenvolvimento, representando o secretário municipal de Administração Regional Pampulha, Dante Cafaggi, representando o prefeito municipal de Montes Claros, Ronaldo da Silva Veras, assessor da presidência para Assuntos Institucionais da Azul Linhas Aéreas, representando o presidente dessa empresa, Dany Henrique Lima de Oliveira, representante da BH Airport, Alberto Fajerman, diretor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas, e Antônio Donizete, gerente de operações da Líder Táxi Aéreo, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos demais autores dos requerimentos que deram origem ao debate: deputados Ivair Nogueira, Bonifácio Mourão, Carlos Pimenta, Isauro Calais, Celinho do Sinttrocel e Alencar da Silveira Jr., para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Deiró Marra, presidente - Gustavo Valadares - Anselmo José Domingos - Neilando Pimenta.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do regimento interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação das ocupações urbanas por moradia em Belo Horizonte e Região Metropolitana, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Isabel Valadares Mesquita, engenheira da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab-Minas; Cleide Aparecida Nepomuceno, defensora pública especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Clara Moreira Maranhã, advogada do Coletivo Margarida Alves; Charlene Cristiane Egídio, coordenadora da ocupação Rosa Leão; Edna Gonçalves Lopes, coordenadora da ocupação Esperança; Maria Eliene Lopes Veloso, integrante da ocupação Vitória; Isabela Gonçalves Miranda, coordenadora das Brigadas Populares, e Cristiane Campos Ribeiro, representante da ocupação Barreirinho Ibirité; e os Srs. Claudius Vinicius Leite Pereira, presidente da Cohab-Minas; Adriano Ventura, vereador do Município de Belo Horizonte; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários; Frei Gilvander Luís Moreira, assessor da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais; Leonardo Péricles Vieira Roque, coordenador do movimento Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, e Anderson Alves de Oliveira, representante das ocupações de Nova Lima e Rio Acima, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.546/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado às Prefeituras Municipais de Belo Horizonte, Nova Lima, Rio Acima, Contagem, Vespasiano, Venda Nova, Ibirité e Ribeirão das Neves pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas desta reunião, para realização dos esforços possíveis no sentido de assegurar acesso aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, em particular no art. 6º, aos moradores das ocupações urbanas localizadas nos municípios sob sua administração;

nº 1.552/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais as notas taquigráficas desta reunião;

nº 1.553/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas desta reunião, com vistas a implementar e efetivar mecanismos para a solução pacífica e conciliatória de conflitos rurais, por direito à terra, e urbanos, por direito à moradia;

nº 1.554/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e à Procuradoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para agilidade e empenho nas investigações e conclusão do inquérito envolvendo a morte de Manoel Ramos de Souza - Manoel Bahia -, líder comunitário e coordenador da ocupação Vitória, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

### **ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015**

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Léo Portela. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.536/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e Léo Portela, em que solicitam seja realizada visita desta comissão ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar para discutir a situação das prisões em flagrante na região metropolitana de Belo Horizonte, e à Central de Flagrantes da Polícia Civil, para verificar as condições de funcionamento da unidade;

nº 1.537/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Fred Costa, em que solicitam seja realizada reunião desta comissão no Bairro Buritis, na capital, para debater, em audiência pública, os índices de criminalidade na região e ouvir moradores e lideranças comunitárias sobre o tema;

nº 1.538/2015, dos deputados Cabo Júlio e Léo Portela, em que solicitam seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a inclusão dos guardas municipais e dos agentes da Secretaria de Estado de Defesa Social no sistema de Registro de Eventos de Defesa Social – Reds –, a fim de agilizar o trâmite das ocorrências policiais;

nº 1.539/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a previsão do pagamento do prêmio de produtividade do ano de 2013 aos servidores do Poder Executivo, considerando as inúmeras indagações encaminhadas, notadamente pelos servidores da Defesa Social;

nº 1.541/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao comandante da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice de criminalidade no Município de Mutum, bem como sobre o número de inquéritos e denúncias realizadas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Cabo Júlio.

### **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015**

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Eduardo Lima Andrade Ferreira, diretor-presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais, informando que a companhia está efetuando um levantamento de mercado no Município de Montes Claros para embasar um futuro estudo de viabilidade técnico-econômica sobre a construção de um gasoduto para atendimento ao Norte de Minas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.540/2015, dos deputados Arnaldo Silva, Bosco e Glaycon Franco, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater os procedimentos inerentes à prestação de serviços da Cemig, tendo em vista a necessidade de ampliação de rede e infraestrutura elétrica para atendimento rural e urbano, em seus aspectos comerciais e industriais;

nº 1.542/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as ações necessárias para o prosseguimento das obras de construção da barragem de Jequitaiá;

nº 1.544/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião com a convidada Mariana Vasconcelos para debater o aplicativo desenvolvido por ela, denominado Agrosmart, que visa à economia de água e de energia elétrica e ao aumento da produtividade na agricultura irrigada.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2015.

Gil Pereira, presidente - Glaycon Franco - João Vítor Xavier.

### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015**

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Thiago Cota, Cabo Júlio (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é



subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Vanderlei Miranda, em virtude de redistribuição, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 484/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Professor Neivaldo. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.248/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Felipe Attiê). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 302/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os seguintes assuntos referentes à Loteria Mineira: quantos contratos existem e estão em vigor atualmente entre a Loteria Mineira e outras empresas com o objetivo de exploração de jogos lotéricos; quais empresas, que atuam por contrato com a Loteria Mineira, estão inadimplentes em relação a esta; se há algum contrato em que a Loteria Mineira figure como parte, que tenha sido alvo de subcontratação ou cessão de direitos e deveres; se o contrato entre a Loteria Mineira e a Intralot está sendo integralmente cumprido por ambas as partes; e qual o motivo de não haver mais terminais operados pela loteria convencional nas ruas;

nº 1.179/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre as medidas adotadas em defesa do Estado para a diminuição da transferência de recursos para a União, em decorrência da Lei Complementar nº 148, de 25/11/2014, e sobre os motivos pelos quais o Estado não ajuizou nenhuma ação nesse sentido; e seja encaminhada cópia deste requerimento ao procurador-geral de Justiça;

nº 1.388/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada visita às Secretarias de Estado de Fazenda e de Desenvolvimento Econômico com a finalidade de discutir a carga tributária do Estado, a guerra fiscal entre os Estados, bem como o consequente reflexo no desenvolvimento econômico de Minas Gerais;

nº 1.389/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para eliminação da taxa de *royalties* de franquias na composição da base de cálculo do ICMS;

nº 1.390/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda e à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para realização de trabalhos objetivando à consolidação legislativa tributária do Estado e consequente simplificação da legislação;

nº 1.391/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Fazenda e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para manutenção do regime das parcerias público-privadas com base na antecipação do ICMS;

nº 1.392/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para fixação de regras objetivas de tributação aplicáveis ao setor de impressão;

nº 1.393/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que seja revisto o sistema de glosa de créditos de ICMS do setor de mercadorias de Minas Gerais;

nº 1.394/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações acerca dos empenhos cancelados relacionados às despesas realizadas, bem como das despesas realizadas sem o devido empenho prévio, detalhadamente relacionadas e com as respectivas justificativas;

nº 1.395/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os fatores que motivaram o cancelamento de empenhos relacionados a despesas realizadas, bem como o cancelamento de despesas realizadas sem o devido empenho prévio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de hoje, às 10h35min, para apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei nº 484/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Felipe Attiê - Thiago Cota - Vanderlei Miranda - Cabo Júlio - Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015**

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares e Inácio Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 15/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão, a requerimento da deputada Marília Campos. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem, em turno único, pela aprovação do Projeto de Lei nº 9/2015, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Inácio Franco, em virtude de redistribuição); pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei nº 320/2015 (relatora: deputada Marília Campos); e pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei nº 422/2015 (relator: deputado Inácio Franco). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.379/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado à diretora-presidente da Copasa e à diretora-geral do IEF pedido de informações sobre o posicionamento dessas entidades em relação às alterações realizadas no plano diretor do Município de Contagem que impactam a área de preservação ambiental Vargem das Flores;

nº 1.550/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, no Município de Buritis, a construção ilegal de barragens clandestinas no Rio Urucuia, não autorizadas pela legislação e pelos órgãos de estado competentes nem construídas segundo os ditames técnicos exigidos, e discutir a grave situação de insustentabilidade hídrica regional decorrente disso, com a resultante degradação acelerada dos cursos d'água principal e afluentes dessa bacia fluvial da região Noroeste de Minas, o que atinge toda a área de proteção desse sistema ambiental;

nº 1.551/2015, dos deputados Cássio Soares e Inácio Franco e da deputada Marília Campos, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, com a presença da Emater, Copasa, Copam e outras entidades a preservação das nascentes no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

Cássio Soares, presidente - Inácio Franco - Dilzon Melo - Marília Campos.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015**

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento nº 1.555/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada reunião, em caráter de urgência, com a presença do secretário de Estado de Defesa Social, do subsecretário de Estado de Administração Prisional, do subsecretário de Estado de Atendimento às Medidas Socioeducativas, do comandante-geral da Polícia Militar e do chefe da Polícia Civil para debater o sistema prisional e socioeducativo do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Cabo Júlio - Celise Laviola - João Magalhães.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015**

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Geisa Teixeira e Ione Pinheiro (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e o deputado Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Geisa Teixeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 557/2015, no 1º turno (Celinho do Sinttrocel), Projeto de Lei nº 692/2015, em turno único (Geisa Teixeira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 387/2015 (relator: deputado Isauro Calais), 472, 473 e 561/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira), que receberam parecer por sua aprovação. Votaram “sim” as deputadas Geisa Teixeira e Ione Pinheiro e o deputado Celinho do Sinttrocel. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.556/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que constitua um observatório dos direitos da criança e do adolescente, bem como dos conselhos tutelares;

nº 1.557/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências para que seja constituído um observatório dos direitos da criança e do adolescente, bem como dos conselhos tutelares;

nº 1.558/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Pitangui pedido de informações, as quais devem ser também enviadas à 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pitangui, acerca dos requisitos para a candidatura a membro dos conselhos tutelares constantes no edital da eleição a ser realizada em outubro de 2015 e acerca do fundamento normativo da exigência da Carteira Nacional de Habilitação para a referida candidatura;

nº 1.559/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações contendo relatório da implantação do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência em Minas Gerais;



nº 1.560/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para retomar a implantação da Escola de Conselhos e estudar a possibilidade de formalizar parceria com a Fundação de Ensino de Contagem - Funec -, para a realização de capacitação de conselheiros tutelares;

nº 1.561/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de informações sobre a implantação do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência - Sopia - nos municípios do Estado;

nº 1.562/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado aos deputados federais por Minas Gerais pedido de providências para apoiar a aprovação do Projeto de Lei nº 8.008/2014, que dispõe sobre a criação do piso salarial para os conselheiros tutelares;

nº 1.563/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à TV Minas pedido de providências para promover campanha institucional esclarecendo, orientando, divulgando e informando a população sobre as eleições de conselheiros tutelares prevista para outubro próximo;

nº 1.564/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita sejam encaminhadas às Secretarias de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária desta comissão;

nº 1.565/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de informações sobre a estrutura de funcionamento dos conselhos tutelares do município;

nº 1.566/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao presidente desta Casa ofício para a inclusão na programação da TV Assembleia de campanha institucional esclarecendo, orientando, divulgando e informando a população sobre as eleições de conselheiros tutelares prevista para outubro próximo;

nº 1.567/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Rádio Inconfidência pedido de providências para promover campanha institucional esclarecendo, orientando, divulgando e informando a população sobre as eleições de conselheiros tutelares prevista para outubro próximo;

nº 1.568/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para tratar do processo de eleição dos membros dos conselhos tutelares dos municípios do Estado;

nº 1.569/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Contagem pedido de informações, as quais devem ser também enviadas à 22ª Promotoria de Justiça da Comarca do referido município, sobre os requisitos para a candidatura a membro dos conselhos tutelares constantes no edital da eleição a ser realizada em outubro próximo, bem como sobre o fundamento normativo da exigência de curso superior para a referida candidatura.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2015.

Geisa Teixeira, presidente - Rogério Correia.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE LIZA PRADO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS – UTRAMIG –, EM 6/5/2015**

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Celinho do Sinttrocel, para o cargo de presidente e da deputada Ione Pinheiro para o cargo de vice-presidente. Após votação nominal, cada um por sua vez, são eleitos para presidente o deputado Celinho do Sinttrocel e para vice-presidente a deputada Ione Pinheiro, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e declara empossada como vice-presidente a deputada Ione Pinheiro, a quem passa a condução dos trabalhos. Em seguida, a vice-presidente declara empossado o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel. O presidente acusa o recebimento da Indicação nº 6/2015, em turno único, da qual designou como relatora a deputada Ione Pinheiro. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente - Ione Pinheiro - Geraldo Pimenta.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/5/2015**

Às 9h10min, comparece na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Geisa Teixeira, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, II do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o encerramento das atividades do Ballet Jovem do Palácio das Artes e do funcionamento do Centro de Formação Artística - Cefar - da Fundação Clóvis Salgado, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidente suspende os trabalhos da comissão. Reaberta a reunião, estão presentes os deputados Wander Borges e João Leite. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Adriana Barbosa, gerente de *marketing* da Fundação Clóvis Salgado, representando o Sr. Augusto Nunes Filho, presidente dessa fundação; Grécia Catarina Gonçalves da Costa Santos, bailarina do Ballet Jovem; Bárbara Cristina de Souza Maia,



estudante do Cefar; Cyntia Carneiro Lafetá, advogada do Cefar; Paola Rittore e Conceição Nicolau, professoras do Cefar; Regina Helena Alves da Silva, professora da Universidade Federal de Minas Gerais; Sônia Denise Ferreira Rocha, mãe de aluno; e o Sr. Nestor Lombida, maestro da Big Band do Palácio das Artes, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais e passa a palavra para a deputada e o deputado presentes. Registra-se a presença do deputado Fred Costa, que assume a presidência da comissão. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Wander Borges, presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rosângela Reis.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/5/2015**

Às 10h15min, comparece na Câmara Municipal de Montes Claros o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater eventual violação dos direitos humanos na execução, por parte da Prefeitura local, do programa Minha Casa, Minha Vida do governo Federal, e a discutir e votar proposições da comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Graça Correa, vereadora do Município de Montes Claros, e Sônia Gomes de Oliveira, secretária-geral do Centro de Referência, Apoio e Defesa da Cidadania de Montes Claros; e os Srs. Paulo Vinicius de Magalhães Cabreira, promotor de justiça de Direitos Humanos da Comarca de Montes Claros, Gustavo Henrique Nogueira Sampaio, superintendente Regional Norte de Minas da Caixa Econômica Federal - Montes Claros-MG -, André Ricardo Alves Martins, vice-presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Wanderley Ferreira de Oliveira, José Geraldo Cardoso, Eduardo Rodrigues Madureira, Edwan do Detran, Oliveira Lega, Sérgio Pereira, Irmão Waldiney, Rodrigo Cadeirante e Claudio Prates, vereadores do Município de Montes Claros, e Paulo Simão, vereador do Município de São João da Ponte, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2015**

Às 10 horas, comparece na Câmara Municipal de Barbacena o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater supostas irregularidades e abusos em processos judiciais de perda de guarda de filhos e de poder familiar por mães usuárias de drogas e prostitutas, bem como a abusividade da destinação dessas crianças para adoção, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Vânia Castro, vereadora do Município de Barbacena; Giovanna Araújo da Cruz, promotora de justiça de Defesa da Infância e da Juventude da Comarca de Barbacena; Cacilda Araújo, subsecretária municipal de Coordenação de Programas Sociais de Barbacena; Rosana Paiva Soares de Quadros, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barbacena; Marli Gava da Silva, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Ética de Barbacena - Codhe; Adriana Puiatti de Souza Campos, oficial judiciária; e Ligia Oliveira, advogada; e os Srs. Flávio Barbosa da Silva, presidente da Câmara Municipal de Barbacena; Amarílio Augusto de Andrade, Carlos Roberto Batista, Johnson Oliveira Marçal, Luiz Gonzaga de Oliveira, Márcio Zeferino Ferreira e Ronaldo Braga, vereadores do Município de Barbacena; Herbert José Almeida Carneiro e Doorgal Gustavo Borges de Andrada, desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado; Joaquim Martins Gamonal, juiz da Vara de Família e Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Barbacena; Reynaldo Humberto de Abreu Simões, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Barbacena; William dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais; Rodrigo Augusto de Oliveira de Paula, presidente do Conselho Tutelar de Barbacena; Luciano Avlis Marioley, membro da Codhe; Marco Estevão Bonfim da Silva, advogado; e David de Oliveira Dias, pai de uma das crianças encaminhadas para adoção, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Geraldo Pimenta - Fábio Avelar Oliveira.

**ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2015**

Às 14h03min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e o deputado Rogério Correia (substituindo o deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Geisa Teixeira, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a tramitação no Senado Federal do Projeto de Lei nº 4330/2004, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes, tendo em vista que, conforme já adiantado pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, a matéria deverá tramitar de forma que possibilite a realização de um amplo debate em torno do tema. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no Diário do Legislativo em 9/5/2015: ofício do deputado Rogério Correia, líder do Bloco Minas Melhor, que comunica a indicação do deputado Geraldo Pimenta para compor, como membro suplente, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Comunica também o recebimento de e-mail do senador Aécio Neves, informando a impossibilidade de participar desta audiência pública, por estar em missão oficial do Senado Federal. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Jô Moraes, deputada federal, e Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores - Minas Gerais; e os Srs. Padre João, deputado federal; Bruno Alves Rodrigues, presidente da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região; Bruno Reis de Figueiredo, presidente da Comissão Especial de Direito Sindical da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - e conselheiro seccional da OAB-Seção Minas Gerais; José Antônio de Lacerda, vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, representando o Sr. Marcelino Orozimbo da Rocha, presidente dessa central; David Eliude Silva, vice-presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando o Sr. Antônio da Costa Miranda, presidente dessa central; Luiz Cláudio Araújo, secretário jurídico adjunto da União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais, representando o Sr. Paulo Roberto da Silva, presidente dessa associação; Gilberto Antônio Gomes, representante da Central Sindical e Popular Conlutas, representando o Sr. Oraldo de Paiva, coordenador-geral da dessa associação; Pedro Paulo de Abreu Pinheiro, coordenador do Movimento Mundo do Trabalho contra a Precarização e diretor do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Minas Gerais; Fernando Ferreira Duarte, supervisor do Escritório Regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos; Valter de Assis Aguiar, diretor do Sindicato dos Aeroviários de Minas Gerais, representando o Sr. Paulo de Tarso Gonçalves Júnior, presidente desse sindicato; Jairo Nogueira Filho, coordenador do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais; e Carlos Cassiano, representante da Força Sindical de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

**ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2015**

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a interdição da Rodovia Fernão Dias - BR 381 - no dia 21 de março de 2015, no trecho próximo a Brumadinho, devido ao incêndio de uma carreta, resultando em insegurança e exposição a riscos para pedestres, motoristas e passageiros. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Antônio Carlos Alvarenga, delegado-geral de Polícia, publicado no *Diário do Legislativo* em 7/5/2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Fernando Henrique Arantes, gerente de investimento da Autopista Fernão Dias em Pouso Alegre, e José Carlos Oliveira, gerente de tráfego, representando o Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho, diretor-superintendente dessa concessionária; Cláudio Lima Nascimento, assessor da Diretoria-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais- DER-MG, representando o Sr. Murilo de Campos Valadares, secretário de Transportes e Obras Públicas; Ricardo Luiz da Mata Machado, especialista em regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT -, representando Jorge Luiz Macedo Bastos, diretor-geral dessa agência; Fábio Mutti Ferreira, especialista em regulação da ANTT; Alan Fabrício Duarte, chefe da seção de Policiamento e Fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, representando o Sr. Guido Marcelo Mayol, superintendente da 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal, de Contagem; Fábio Mehanna dos Santos Carvalho, policial rodoviário federal; Renato Alves Messias, policial rodoviário federal; e Alexandre Catanhede, policial rodoviário federal, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.615/2015, dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério das Comunicações pedido de providências para a implementação de canais de rádio destinados a prestar informações sobre o tráfego nas rodovias do Estado;



nº 1.617/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada visita ao Procurador Regional da República no Estado para discutir a necessidade de responsabilização da concessionária Autopista Fernão Dias, em razão da má prestação do serviço durante o acidente de trânsito ocorrido em 21/3/2015, na altura do Município de Brumadinho;

nº 1.619/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Leite e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado à ANTT, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, à Polícia Rodoviária Federal e às concessionárias Autopista Fernão Dias e Via 040 pedidos de providências para a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e para o cumprimento do que determina a Lei Estadual nº 13.796, de 20/12/2000, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, às 9h30min, para debater o sistema prisional e socioeducativo no Estado, principalmente o déficit de vagas e suas consequências para a segurança pública, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Cabo Júlio - João Leite.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2015**

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Fábio Avelar Oliveira e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Avelar Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 434/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.608/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Esporte Lazer e Juventude para debater as leis federais e estaduais de incentivo ao esporte;

nº 1.609/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para debater a realização de jogos amadores preliminares aos jogos principais, durante o campeonato mineiro de futebol.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Geraldo Pimenta, presidente - Glaycon Franco - Fábio Avelar Oliveira.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE FLÁVIO GÓES MENICUCCI PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DEOP -, EM 12/5/2015**

Às 14h16min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Inácio Franco e Agostinho Patrus Filho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião e declara que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. A seguir, anuncia o registro da candidatura do deputado Inácio Franco para o cargo de presidente e do deputado Agostinho Patrus Filho para o cargo de vice-presidente. Submetidas as candidaturas a votação, ambos são eleitos para os respectivos cargos. O presidente *ad hoc*, deputado Inácio Franco, proclama o resultado da eleição e declara empossado vice-presidente o deputado Agostinho Patrus Filho. Em seguida, o vice-presidente declara empossado presidente o deputado Inácio Franco, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece a confiança nele depositada e avoca para si a relatoria. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Inácio Franco, presidente - Celise Laviola - Agostinho Patrus Filho.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/5/2015**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Rosângela Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o sistema prisional e socioeducativo no Estado, principalmente o déficit de vagas e suas consequências para a segurança pública. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de Estado de Defesa Social, informando a impossibilidade de comparecimento à reunião da Comissão de Segurança Pública agendada para o dia 13/5/15, às 9h30min, e solicitando agendamento de nova data. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Bonifácio Mourão - Cabo Júlio.

#### **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/5/2015**

Às 11h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à entrega das manifestações de aplauso aos policiais militares lotados na 1ª Cia. Rotam, 3ª Cia. Rotam e na Cia. PM Ind P Cães, pela prisão de Renato de Jesus Silva e pela apreensão de inúmeras armas de fogo durante operação realizada no dia 14/4/2015, no Município de Contagem. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Cap. PM Bruno Simpson de Paula, comandante; 3º-Sgt. PM Flávio Martins de Azevedo; 3º-Sgt. Marcus Túlio Germano; Cb. PM Wesley Flamarion Caetano; Sd. PM Tiago Augusto de Faria Santos; Sd. PM Elias de Jesus Souza; Sd. PM Cleberon Luiz Farias; Sd. PM Mauro Lúcio de Toledo; Sd. PM Eduardo Mal Baliza; Sd. PM Sérgio Henrique Alves de Abreu; Cap. PM Leonardo Marques de Lacerda Faria, comandante; 1º-Ten. PM Jadir Paula Rocha Júnior, subcomandante, representando o Maj. PM Cinério Gonçalves Gomes, comandante; 2º-Sgt. PM Francisco Assis Ferreira; Cb. PM Reinaldo Paulo Ferreira; Sd. PM Anderson da Silva Sobrinho Teresa; Sd. PM Weliton Felipe Felix; Sgt. PM Giovani Diniz Figueiredo; Sgt. PM Wagner Carvalho dos Santos; Cb. PM Thiago Assunção Teixeira, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

#### **ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/5/2015**

Às 19h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a segurança e a viabilidade de implantação da Região Integrada de Segurança Pública na cidade de Sete Lagoas. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Simone Maria Bellezia, promotora de justiça da Infância e Juventude da Comarca de Sete Lagoas; Danielle Fróes Soares dos Santos, defensora pública da Comarca de Sete Lagoas; Marli Aparecida Barbosa, vereadora da Câmara Municipal de Sete Lagoas; e os Srs. Silvio Augusto de Carvalho, secretário municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, representando Márcio Reinaldo Dias Moreira, prefeito municipal de Sete Lagoas; Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento, presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas; Cel. Maurício Antônio dos Santos, subsecretário de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social, representando Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de Estado de Defesa Social; Major PM Marcelo Alves Coelho, subcomandante do 25º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Sete Lagoas, representando o Ten.-Cel. PM Antônio Librelon de Oliveira, comandante; Cel. PM Gilmar Prates Teixeira, comandante da 14ª Região de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - Curvelo; Capitão BM Christian André Ferreira, comandante da 3ª Companhia do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais - Sete Lagoas; João Simões de Almeida Júnior, comandante da Guarda Municipal de Sete Lagoas; Rodrigo Couto, promotor de justiça da Comarca de Sete Lagoas; Juarez Ferreira da Luz, delegado regional da Polícia Civil de Sete Lagoas; Wagner Lucas Fernandes Soares, diretor do Presídio de Sete Lagoas; Ismael Soares de Moura, vereador da Câmara Municipal de Sete Lagoas; Dalton Andrade, vereador da Câmara Municipal de Sete Lagoas; Milton Maurício Martins, vereador da Câmara Municipal de Sete Lagoas; Cláudio Henrique Nacif, vereador da Câmara Municipal de Sete Lagoas; Pastor Fabrício Nascimento, vereador da Câmara Municipal de Sete Lagoas; Flávio Tulio Costa Fonseca, presidente da Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas - Acisel -, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Douglas Melo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - João Magalhães - Celise Laviola.



**ORDENS DO DIA**

**ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/5/2015**

**1ª Parte**

**1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

**1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

**2ª Fase**

**(das 16h15min às 18 horas)**

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.620, que altera a Lei Delegada nº 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Paulo Lamac opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 20/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.266/2015, do governador do Estado; 57/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater, com a convidada Mariana Vasconcelos, o Agrosmart, aplicativo desenvolvido por ela que visa à economia de água e de energia elétrica, além do aumento da produtividade na agricultura irrigada.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 20/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 15/2015, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 732 e 733/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 269/2015, do deputado Inácio Franco; 393/2015, do deputado Fred Costa; 594 e 604/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimento nº 659/2015, do deputado Isauro Calais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Debate, com a presença de convidados, sobre os mecanismos de financiamento das emergências sanitárias das atividades avícolas, especialmente o Fundo de Emergência Sanitária para a Avicultura - Funamig.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública para debater a situação da saúde dos servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 730/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos nºs 596/2015, da Comissão de Direitos Humanos; 625/2015, do deputado Thiago Cota.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a ocorrência de tráfico e uso de drogas no câmpus da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, na Pampulha, principalmente no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Fafich -, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 24/2015 e do Projeto de Lei nº 1.254/2015, do deputado Sargento Rodrigues; dos Projetos de Lei nºs 44, 126, 312, 332, 345 e 458/2015, do deputado Fred Costa; 622/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 647 e 832/2015, do deputado Fred Costa; 1.003/2015, do deputado André Quintão; e 1.350/2015, do deputado Gil Pereira, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e o deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 675 e 676/2015, do deputado Tony Carlos, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Wander Borges, presidente em exercício.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 22/5/2015, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a cancerologia no Estado e a aplicação da Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de pacientes com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Missionário Márcio Santiago, Leandro Genaro e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 25/5/2015, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater medidas de enfrentamento ao uso de drogas e substâncias psicoativas, a construção de rede regional e a ampliação para acolhimento ao usuário de drogas, bem como o papel das comunidades terapêuticas e a regularização dos repasses a elas destinados, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Antônio Jorge, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 724/2015

**Comissão de Constituição e Justiça  
Relatório**

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Fred Costa, fruto do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.560/2011, “dispõe sobre a obrigatoriedade de tornar subterrâneo todo o cabeamento instalado no Estado de Minas Gerais e dá outras providências”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 27/3/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a proposição nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

A proposição em comento visa, em síntese, obrigar que as concessionárias, empresas estatais e prestadoras de serviços que operam com cabeamento no Estado de Minas Gerais tornem esse cabeamento subterrâneo e plantem árvores nos locais onde forem removidos os postes, bem como estabelece que o Poder Executivo regulamentará as formas e condições para a efetivação desses objetivos e um novo modelo de iluminação pública, em substituição ao atual.

De acordo com a justificação que acompanha o projeto, há um emaranhado de fios elétricos, cabos telefônicos e de TV por assinatura que, além de gerarem uma enorme poluição visual, acarretam também riscos à segurança, pois, na época das chuvas, com a caída das árvores e a presença de ventos fortes, alguns cabos se rompem e provocam acidentes graves.

Esclarecemos que o Projeto de Lei nº 1.560/2011, que deu origem à proposição em estudo, não foi analisado por esta comissão na legislatura passada. Passamos então à análise da matéria.

Não obstante o mérito da iniciativa, devemos observar que a proposição cuida de tema cuja atribuição é federal, por se tratar de serviço concedido pelos estados por delegação federal. O art. 21, incisos XI e XII, da Constituição Federal estabelece ser da competência da União a exploração direta ou mediante autorização, concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações, dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, dos serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água.

Destacamos que, no caso dos serviços públicos prestados por meio de concessionárias, como energia elétrica, telefonia móvel, internet e televisão por assinatura, cujo titular é a União, o Supremo Tribunal Federal - STF - tem concluído pela competência privativa daquele ente federado para regulamentar a prestação do serviço. De acordo com a citada corte, o estado membro não pode interferir nas relações contratuais entre o poder concedente federal ou municipal e as empresas concessionárias. A esse respeito, observamos o voto da ministra Cármen Lúcia na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.322/DF, de relatoria do ministro Gilmar Mendes, em que se questionava a validade de lei distrital que obriga as concessionárias de telefonia fixa a incluir informações nas faturas e dispõe sobre a unidade de tarifação:

“A Constituição entrega a cada um dos entes federados a competência legislativa e, ainda, titularidade de serviços públicos que, no ser prestados, têm de submeter-se ao regimento, à fiscalização e à direção do poder concedente.

[...]

A repartição de competências constitucionais quanto aos serviços respeita, também, ao princípio da autonomia das entidades federadas, uma das quais, nos termos do art. 18, da Constituição da República, é a União. Nem poderia essa pessoa política cuidar das relações de consumo dos serviços públicos havidos em cada uma das entidades, estaduais e distrital, nem se poderia dar o inverso.”

Da mesma forma, corroborando com o entendimento firmado, temos o julgado do Supremo Tribunal Federal sobre a mesma matéria:

“Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade - Concessão de serviço público - Invasão, pelo Estado-Membro, da esfera de competência da União e dos Municípios - Impossibilidade de interferência do Estado-Membro nas relações jurídico-contratuais e as empresas concessionárias - Inviabilidade da alteração, por lei estadual, das condições previstas na licitação e formalmente estipuladas em contrato de concessão de serviços públicos, sob regime federal e municipal - Medida cautelar deferida. Os Estados-membros - que não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas entre o poder concedente (quando este for a União Federal ou o Município) e as empresas concessionárias - também não dispõem de competência para modificar ou alterar as condições, que, previstas na licitação, acham-se formalmente estipuladas no contrato de concessão celebrado pela União (energia elétrica - CF, art. 21, XII, “b”) e pelo Município (fornecimento de água - CF, art. 30, I e V), de um lado, com as concessionárias, de outro, notadamente se essa ingerência normativa, ao determinar a suspensão temporária do pagamento das tarifas devidas pela prestação dos serviços concedidos (serviços de energia elétrica, sob regime de concessão federal, e serviços de esgoto e abastecimento de água, sob regime de concessão municipal), afetar o equilíbrio financeiro resultante dessa relação jurídico-contratual de direito administrativo. (ADI 2337 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 21/06/2002, DJ 21-06-2002 PP-00096 EMENT VOL-02074-01 PP-00152)”

Em reforço a essa tese, vale registrar que, na legislatura passada, foi aprovado requerimento para que a proposição fosse baixada em diligência à Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru -, a fim de que tais entidades pudessem se manifestar sobre o conteúdo do projeto. Em resposta à diligência, a Cemig, por meio do Ofício nº 2.118/2011/SGM, concluiu que: “Entendemos que o aludido Projeto não encontra apoio nas disposições constitucionais vigentes, notadamente em face da competência privada da União para legislar sobre energia elétrica, nos termos do art. 22, IV, da Carta de 1988”.



Outro ponto destacado pela doutrina e jurisprudência nacionais é que, ao proceder à concessão do serviço, deve o ente federativo estabelecer, no edital de licitação ou no contrato a ser firmado com o concessionário, obrigações que serão observadas na prestação do serviço público. Tais normas, segundo o ensinamento da administrativista Maria Sylvia Zanella di Pietro, devem obedecer ao princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de forma a garantir que o contratado tenha assegurada a percepção de remuneração que lhe permita executar suas obrigações e manter, durante toda a execução do contrato, a relação custo-benefício estabelecida no momento de sua celebração (*Parcerias na Administração Pública*, São Paulo, Editora Atlas, 4. ed, p. 77). Por esse motivo, apesar de imbuída de nobre intenção, a proposição acabaria por onerar o cidadão-contribuinte. Afinal, se fosse tornado subterrâneo o cabeamento ora existente no Estado, certamente o custo dessas atividades seria repassado para o valor da tarifa dos usuários.

Apenas para se ter uma ideia dos custos que a medida buscada pela proposição representaria, podem-se citar dados colhidos do veto ao Projeto de Lei nº 248/01, do Município de São Paulo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de tornar subterrâneo todo o cabeamento ora instalado no município. No texto do veto, o chefe do Poder Executivo local afirmou que a estimativa de custos dessa conversão atingiria cifras três vezes e meia maiores que o orçamento da Prefeitura de São Paulo, 250 bilhões de reais, valores estes que seriam ainda mais elevados no caso em análise, tendo em vista que a cidade de São Paulo corresponde a uma área bem inferior à área total do Estado de Minas Gerais.

Sendo assim, a proposta em análise contraria, entre outros, o princípio da eficiência, constante no *caput* do art. 37 da Constituição da República, bem como o princípio da razoabilidade, pioneiramente consagrado pelo constituinte mineiro no *caput* do art. 13 da Carta Política Estadual. Diante disso, não resta alternativa senão concluir por sua antijuridicidade.

#### **Conclusão**

Assim, à luz dos fundamentos apresentados, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 724/2015.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Bonifácio Mourão - Professor Neivaldo - Isauro Calais.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 18/5/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato, relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Antonio Lerin**

exonerando, a partir de 19/5/2015, Mario Edson Pedro do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda nº 47, de 5/7/2005, à Constituição Federal, c/c o artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, e 20.693, de 22/5/2013, e 21.236, de 19/5/2014, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguintes ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 6 de abril de 2015, a servidora Carmen Lúcia Domingues Lima Teixeira, CPF nº 499.231.296/91, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-48, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### **ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Wilson Roberto Batista, Matrícula nº 18.850-6, no período de 22 de abril a 7 de maio de 2015.

Palácio da Inconfidência, 29 de abril de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

### **ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Dilzon Luiz de Melo, Matrícula nº 5.898-0, no período de 6 a 8 de maio de 2015.

Palácio da Inconfidência, 18 de maio de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

**ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Neilando Pimenta, Matrícula nº 18.863-8, nos períodos de 3 a 12 de março, de 31 de março a 9 de abril e de 27 de abril a 8 de maio de 2015.

Palácio da Inconfidência, 18 de maio de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2015****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 52/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar, em 2/6/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço por lote, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de cabos e conectores.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 53/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belocopy Comércio de Equipamentos Reprográficos Ltda. Objeto: prestação de serviço de cópia e impressão, incluindo equipamentos, instalação, treinamento de operadores, serviço de manutenção permanente e fornecimento das peças de reposição e dos insumos de impressão e acabamento, exceto papel. Objeto do aditamento: segunda prorrogação. Vigência: de 23/7/2015 a 22/7/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 55/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: AMC Informática Ltda. Objeto: prestação de serviços de *outsourcing* de impressão, com fornecimento de todos os suprimentos relacionados, exceto papel, e locação de equipamentos, conforme especificações. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: de 5/8/2015 a 4/8/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.